Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384
Boletim do Tempo Presente, nº 07, de 12 de 2013, p. 1 - 23, | http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente

MOVIMENTOS SOCIAIS E BOLIVARIANISMO*

Por *Mariana Bruce***

Resumo: a proposta deste trabalho é analisar as bases sociais do chavismo, utilizando-se como estudo de caso o movimento conselhista existente nas comunidades populares. Permeado por relações de dependência e autonomia com o ex-Presidente, trata-se de compreender como este movimento se estrutura e se define no âmbito do bolivarianismo e em que medida representa (ou não) a possibilidade de uma sobrevivência do chavismo sem Chávez.
Palavras-chave: chavismo, conselhos, bolivarianismo.

Abstract: the purpose of this academic work is to analyze the social bases of "Chavismo", using as case of study council's existing movement in popular communities. Permeated by relations of dependence and autonomy with the ex-president, it is to understand how this movement is structured and defined under the "bolivarianismo" idea and to what extent is (or not) the possibility of the "chavismos" survival without Chavez.
Keywords: chavismo, councils, bolivarianismo

No dia 05 de março de 2013, o vice-presidente Nicolás Maduro anunciou, no Palácio Presidencial, a morte de Hugo Chávez Frias (1954-2013). Nos últimos meses, o líder venezuelano havia sofrido com várias complicações decorrentes do tratamento de um câncer na região pélvica que se intensificou a ponto de impedi-lo de comparecer à posse de seu terceiro mandato, que fora prevista para o dia 10 de janeiro de 2013[1]. Sua morte representará o fim da chamada Revolução Bolivariana? O chavismo terá condições de sobreviver sem Chávez?

Em meio a um entusiasmo popular que movimentou milhões de pessoas por todo o país para acompanhar o cortejo fúnebre do ex-presidente, Nicolás Maduro – sucessor escolhido por Chávez – assumiu o desafio de levar adiante o chavismo. Ratificou a vitória em um pleito bastante acirrado, no dia 14 de abril de 2013, com 50,75% dos votos contra 48,99% para Capriles (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2013).

Maduro tem origem pobre, foi sindicalista e acompanhou Chávez nos últimos 20 anos. Além de vice-presidente, foi também *Ministro de los Asuntos Exteriores* e trabalhou em prol da integração latino-americana. O novo presidente da Venezuela não possui o mesmo carisma que seu predecessor e sua breve campanha foi marcada por um

esvaziamento ideológico do projeto bolivariano, na qual somaram-se protestos do movimento LGBT que questionou alguns pronunciamentos preconceituosos[2], bem como outras bandeiras mais pueris, como a insistência de que a doença de Chávez teria sido inoculada por agentes da CIA (COSTA, 2013: p. 56-7). Capriles, por sua vez, representa uma direita que, nas circunstâncias atuais, incorporou muitas das premissas do chavismo, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento do avanço dos programas sociais e à necessidade de mantê-los e aprofundá-los.

O quadro pós-eleições beirou uma guerra civil no país somando, pelo menos, sete mortos em conflitos de rua e denúncias de violência em várias cidades[3]. Por fim, a exceção de Estados Unidos e Espanha, vários países e organizações internacionais reconheceram a legitimidade do pleito e Maduro tomou posse no dia 19 de abril de 2013.

Mas, afinal, qual o real legado do chavismo na Venezuela? Levando-se em consideração as tensões entre dependência e autonomia que sempre permearam a relação do ex-presidente com as classes populares, qual será a real maturidade e capacidade organizativa destas últimas no sentido de fazer avançar a Revolução nessa nova conjuntura?

Se é evidente a existência de uma profunda dependência dos movimentos sociais em relação à presidência e, portanto, de um movimento *desde arriba* (que vem do Estado em direção à sociedade civil), por outro lado, não poderíamos ignorar também a existência de um outro processo, oriundo e sustentado por tradições e movimentos*desde abajo* (das comunidades organizadas, por exemplo, em direção ao Estado) que tensionam e potencializam novos caminhos para o processo revolucionário em curso.

É no bojo dessas tensões de movimentos *desde arriba* e *desde abajo*, de dependência e autonomia, que buscaremos identificar as características dessas bases sociais, permitindo-nos avaliar como se estruturam e se definem estes movimentos sociais, especialmente aqueles construídos no interior das comunidades populares, para assim, ponderarmos sobre a real capacidade de sobrevivência destes movimentos sem Chávez.

Para tanto, torna-se imprescindível considerar a existência de um movimento prévio à chegada de Chávez à cena política para, em seguida, considerarmos as potencialidades e limites abertos por este conjunto de transformações iniciado há 15 anos.

Para além de Chávez: o assembleísmo de *barrio*

Hugo Chávez Frias foi eleito presidente da Venezuela, em 1998, pela Coligação *Polo Patriótico*, que articulava uma frente única de vários partidos de esquerda, tais como o *Movimento Vª República*/MVR, o *Pátria para Todos*/PPT, *La Causa Roja*/LCR, grande parte do *Movimiento al Socialismo*/MAS e do Partido Comunista/PCV. Entretanto, seu programa, denominado "Agenda Alternativa Bolivariana", não era bem definido.

O Polo Patriótico organizou uma pluralidade de indivíduos, movimentos sociais e organizações políticas, que encontrou em Hugo Chávez um fator de unidade e uma possibilidade de mudança em relação ao regime anterior[4], ao menos no que diz respeito a um governo mais voltado para as questões sociais.

Se pudéssemos falar de uma ideologia bolivariana, esta se constituiria em torno, principalmente, da apropriação da figura de Simón Bolívar[5], numa perspectiva nacionalista, anti-imperialista e antineoliberal, com um forte apelo popular – remontando às tradições dos movimentos nacionalistas de *Nuestra América*.
O bolivarianismo envolve também o resgate de outras duas figuras históricas da Venezuela: Simón Rodriguez, que fora tutor de Bolívar, e Ezequiel Zamora, líder dos camponeses contra a oligarquia latifundiária durante a Guerra Federal das décadas de 1840 e 1850.

A eleição de 1998 e as transformações que vieram em seguida representam a culminância de lutas anteriores. Em termos de movimentos sociais, os quarenta anos de *puntofijismo*[6] resultou em uma profunda crise de credibilidade nas tradicionais instituições representativas e mediadoras, como partidos e sindicatos – uma vez que estes foram responsáveis pela sustentação do pacto bipartidário durante boa parte da segunda metade do século XX. Ao longo desta crise, cresceram em várias cidades novos movimentos sociais. Segundo Roland Denis, além do*Movimiento Asembleísta de Barrio*, podemos destacar:

> el movimiento insurgente y guerrillero de los años 60 y 70[...]; el Congreso Cultural de Cabimas 1973, cuando se abre la visión de resistencias culturales como parte intrínseca de todo proceso revolucionário; las primeras expresiones del consejismo obrero y sindicalismo revolucionario, años 80 (huelga textil, primeras tentativas de formación consejos obreros en Sidor y Alcasa, sindicalismo revolucionario en Aragua y Carabobo, entre otras); el Congreso Nacional Estudiantil (Mérida 1985), matriz de encuentro de la rebelión estudiantil de los 80; el renacimiento del movimiento campesino (tomas de tierra en Yaracuy 1987); el Movimiento pedagógico que inicio en

> el país de una pedagogía libertaria sobre la clave de la democracia del saber, años 90 (punto clímax: Constituyente Educativa en 2000/2001) (DENIS, 2013)[7].

A "Asamblea de Barrios de Caracas" nasceu em 1991, quando do *Primer Encuentro Internacional de Rehabilitación de los Barrios del Tercer Mundo*, e durou até 1993. Segundo Andrés Antillano, as assembleias chegaram a "*reunir a dirigentes de más de doscientos barrios capitalinos en torno de debates y propuestas muy diversas*" que resultaram em um "*programa de luchas de los barrios de Caracas*" que envolvia, entre outras coisas, *el planteamiento de la regularización de la tenencia de la tierra ocupada por los pobladores de las comunidades populares, las discusiones sobre la rehabilitación física de barrios, la propuesta de cogestion del servicio de agua[8] de la ciudad [y] la demanda del autogobierno local* (ANTILLANO, 2005: p. 207).

Para Roland Denis, a "Asamblea de Barrios" foi o "*centro de inauguracion del poder social en el país y agente articulador de las luchas populares", pois se tratava de um "espacio de debate y unidad de ación que finalmente elevó a un lugar hegemônico el discurso ideológico que se sustenta en la autonomia del poder popular y […] como fuerza fundamental de legitimación de la nueva democracia"* (DENIS, 2001: p. 11). Em entrevista concedida para o documentário *Fuego Bajo el Agua,* o ex-viceministro do governo Chávez, observa nesse movimento outro gérmen do que mais tarde se tornou o programa político bolivariano.

> Cada una de esas grandes reuniones recorría al redor de 700, 800 dirigentes de lo que eran las comunidades barriales de Caracas. Ahí […] comenzó a escribirse un programa de lucha que […] fue muy importante para ordenar lo que era, más adelante, el programa bolivariano (DENIS, 2009).

Portanto, foi desse processo de desgaste da institucionalidade liberal durante o regime *puntofijista* e da articulação da sociedade civil sob diferentes formas que podemos compreender a eleição de Chávez, em 1998, como a culminância dessas lutas. Em decorrência, a abertura de uma *Asamblea Nacional Constituyente* comprometida com a reforma estrutural do Estado e a proposta de construção da *Asambleas de Ciudadanos y Ciudadanas* como instâncias de poder local atendem às demandas colocadas por esses (e outros) movimentos sociais nos 20 anos que antecederam a vitória do Comandante.

A Democracia Participativa y Protagónica: limites e potencialidades

A nova institucionalidade democrática construída a partir da Constituição Bolivariana de 1999 combina a promoção da participação e do protagonismo cívico ao lado da manutenção de um executivo forte, personificado em sua liderança e que investe em canais extra-institucionais para aprofundar a relação direta com suas bases sociais[9].

Desse modo, ao longo do Governo Chávez, gradativamente, esse projeto foi sendo delineado, primeiro, com a própria Constituição, depois, com um conjunto de *Leyes Orgánicas* subsequentes voltadas diretamente para a questão da participação política e, finalmente, com o *Plan Nacional Simón Bolívar*, considerado o *Primer Plan Socialista de la Nación* que lança as bases para a construção do chamado *Socialismo del Siglo XXI* que tem na "democracia participativa e protagônica" – ou "democracia revolucionária" - um dos seus motores fundamentais.
O objetivo é associar a representação à atuação participativa e protagônica do povo nas decisões políticas, isto é, prevê não apenas a participação política, mas também que o povo organizado seja o sujeito principal na resolução dos seus problemas ou, em outras palavras, seja protagonista.

A maior expressão desse modelo de "democracia participativa y protagónica" na atualidade são os *Consejos Comunales*/CCs, micro-governos construídos no interior das comunidades, compostos pelos próprios moradores, que possuem poder deliberativo e executivo sobre a gestão das políticas locais. Os CCs fazem parte de um projeto nacional de construção de novas "geometrias do poder" através do Estado Comunal venezuelano que seria uma articulação de federações e confederações de *Consejos Comunales* e/ou Comunas, atreladas ao desenvolvimento de um projeto econômico endógeno e autossustentável para o país.

Portanto, se esse projeto não começa no governo Chávez, se podemos buscá-lo na crise do modelo *puntofijista*, na articulação da sociedade civil, nos anos 80 e 90 do século XX, em torno do movimento asssembleísta dos *barrios* e várias outras formas de organização das comunidades populares para atender suas demandas locais, não podemos dizer também que ele necessariamente se encerraria com o mandato do Presidente ou com sua ausência. Apesar da profunda dependência que existe em relação

ao líder, o sucesso e a popularidade desse projeto não podem ser explicados apenas pelo impulso dado pelo Presidente e seu governo.

Ao fazer um balanço sobre a primeira década do Governo de Hugo Chávez, Steve Ellner (2010) chama atenção para a importância concedida à participação política de setores populares que caminha no sentido do "*empoderamiento, la incorporación y el 'aprendizaje político' por parte de los anteriormente exlcuidos – factores en gran medida subjetivos y difíciles de medir*" (DENIS, 2009). Apesar dessa dificuldade em medi-los, são elementos significativos da reestruturação da democracia no país e do apoio prestado ao Presidente por parte das classes populares.

Os efeitos dessas transformações são possíveis de ser observados, por exemplo, no processo de politização da sociedade, especialmente, das classes populares, que se fazem presentes nas marchas, nas eleições, nas instituições, na audiência do programa dominical *Aló Presidente* (tema mais debatido nos diferentes espaços nas segundas-feiras – no ônibus, no metrô, nas praças, nos jornais, na televisão, nas reuniões de CCs etc.), nos eventos culturais e nos debates en la calle.

> Nunca en la historia de Venezuela había participado un número masivo de personas en marchas y mítines en un periodo tan prolongado como durante la presidencia de Chávez. De hecho, la clave para la supervivencia política de Chávez frente a las tácticas agresivas de calle de la oposición, que comenzaron a finales de 2001, ha sido su poder de convocatoria, que al principio era igual, y luego superior al de sus adversarios (DENIS, 2009).

Nas inúmeras eleições, plebiscitos e referendos, os chavistas ganharam na maior parte das vezes com porcentagens significativamente altas e com taxas de abstenção baixas. Acompanhado dos referendos, o país se viu imerso em amplos debates públicos sobre as reformas e emendas constitucionais – tendência que se reproduziu em menor escala na aprovação das Leis Orgânicas de diversas temáticas.

O apoio ao chavismo pode ser explicado também pelo sucesso dos programas sociais do governo. Segundo relatório feito por Mark Weisbrot, Rebecca Ray e Luis Sandoval (2009), do *Center for Economic and Politic Research*(CEPR) de Washington, em balanço sobre os primeiros 10 anos do Governo Chávez, houve uma significativa melhora dos índices sociais, sobretudo a partir de 2003, quando o governo passou a contar com os recursos da PDVSA. Destacam-se os seguintes pontos: a pobreza foi

reduzida pela metade, passando de 54%, em 2003, para 26%, em 2008; a pobreza extrema caiu 72%; segundo o Index Gini, a desigualdade caiu de 47%, em 1999, para 41% em 2008; entre 1998 e 2006, a mortalidade infantil caiu 1/3; o acesso a educação, incluindo educação superior, dobrou de 1999-2000 para 2007-2008; o desemprego caiu de 11.3% para 7.8%; a aposentadoria hoje atende ao dobro de beneficiários do que há 10 anos; as dívidas do governo caíram de 30.7% para 14.3% do PIB e a dívida externa, caiu de 25.6% para 9.8% do PIB.

Esses índices se refletem na prática, com o povo venezuelano contando hoje com uma oferta de serviços básicos a baixíssimos preços, subsidiados pelo Estado. Água, luz, gás, telefonia e transporte não pesam no bolso do contribuinte em razão dos subsídios. Da mesma forma, as *Misiones Sociales* garantem um suporte gratuito em áreas como educação, saúde e alimentação: as *Misiones de Educación* abrangem desde a alfabetização à educação superior e atendem a milhares de venezuelanos que não tiveram condições de acompanhar o ensino formal; as*Misiones de Salud*, como a *Barrio Adentro*, levam atendimento médico para o interior das comunidades e fornecem também centros de diagnóstico integral e centros de reabilitação integral; já as de alimentação, oferecem os*comedores populares* que garantem refeições gratuitas para os mais necessitados e as redes de supermercado MERCAL que distribuem alimentos de primeira necessidade a preços subsidiados.

No entanto, em outra via, para aqueles setores que vivem fora do circuito de primeira necessidade, o alto custo de vida é uma das principais críticas dirigidas ao governo. Colégios e universidades particulares, planos de saúde, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e artigos alimentícios não subsidiados pela rede estatal representam um pesado ônus, principalmente para os setores de classe média[10].

Além disso, as intervenções nos meios de comunicação[11]; os desabastecimentos de água e eletricidade, considerados produto de uma má gestão do setor energético; a corrupção na burocracia do Estado; os altos índices de criminalidade; a política econômica com a maxidesvalorização do bolívar e a inflação; os conflitos de terra no interior do país; e a política de expropriações de empresas pelo governo[12], são outras críticas que alimentam as marchas de oposicionistas e expressam um descontentamento com o governo, sobretudo entre os setores médios e altos da sociedade venezuelana.

No âmbito da participação nas instituições, segundo o *Ministério do Poder Popular para las Comunas y Proteccion Social*, existem hoje na Venezuela cerca de 31 mil *Consejos Comunales*, 184 *Comunas ou Comunas en Construcción*e já foram investidos cerca de 11 bilhões de bolívares fortes em projetos desenvolvidos por essas instituições (FARIAS, 2010). Azzelini chega a mencionar que no Estado de Falcón, por exemplo, se formou uma *Red Comunal*com cerca de 400 CCs baseado no trabalho de *Mesas Técnica de Agua* preexistentes (AZZELINI, 2010: p. 287). São, portanto, números bastante razoáveis do ponto de vista de pessoas minimamente mobilizadas politicamente e de inversão de recursos. Segundo Ellner:

> los consejos comunales, y los programas de las misiones educativas han sido innegablemente exitosos. Han brindado oportunidades a cientos de miles de los no privilegiados de aprender y participar en la toma de decisiones, que a su vez realza su sentido de empoderamiento. Además, su participación no es meramente simbólica. Un número significativo de proyectos de obras públicas emprendidos por los consejos comunales en todo el país han sido completados satisfactoriamente (ELLNER, 2010: p. 46)

Se o papel do Estado persiste como um instrumento imprescindível para que as classes populares prossigam com o seu processo de transformação, a fronteira entre reforma e revolução reside na própria concepção que se tem deste Estado, isto é, como um fim em si mesmo ou como uma possibilidade para que se continue abrindo espaços para a participação protagônica do povo e garantindo as condições materiais "*para que lo nuevo pueda surgir desde abajo*" (AZZELINI, 2010: p. 371).

Consejos Comunales: a experiência da Parroquia 23 de Enero (Caracas)[13]

Foram múltiplas as experiências que levaram à formação dos *Consejos Comunales* na Venezuela. Inspirado por experiências anteriores ao governo houve um incentivo à formação de grupos de trabalho nas comunidades voltados para resolução de demandas históricas dos diferentes setores: garantia do serviço de água potável, de infraestrutura, de educação, saúde, e cultura, de regularização da propriedade da terra, entre outros[14]. Através dessas experiências, as comunidades puderam dar um primeiro passo no sentido de se organizarem para terem suas demandas atendidas. No caso, as reformas sociais e estruturais necessárias eram atreladas à exigência de uma organização prévia das classes populares. Se, por um lado, lideranças e movimentos que

já tinham algum tipo de trabalho comunitário encontraram um espaço fértil para avançar com seus projetos, por outro, essas iniciativas permitiram também que houvesse uma participação significativa de pessoas que jamais haviam se mobilizado anteriormente. Motivadas pelas novas circunstâncias políticas, pelas convocatórias do presidente e pela existência de leis que regulamentam a participação popular no interior do Estado, engajaram-se na luta e, de igual forma, acabaram se tornando novas lideranças comunitárias.

Nesse sentido, apesar do movimento *desde arriba* ter sido de fundamental importância para a propagação dessas diversas organizações de base, isso não as torna necessariamente dependentes. Há uma identificação profunda com o presidente, mas a partir do momento em que aqueles moradores passam a atuar protagonicamente na resolução de seus problemas cotidianos, outras consequências de maior amplitude resultam desse processo: a construção de uma identidade local, de um sentimento de pertencimento, de novos valores, do sentido de coletividade, do voluntarismo dos *voceros* em resolver os problemas de sua zona, além do fato de que de um projeto, se desdobram vários outros, cada vez mais abrangentes e complexos. No interior dessas instituições há, portanto, uma permanente tensão entre a autonomia e a dependência.

Os *Consejos Comunales* foram regulamentados em lei em abril de 2006, numa tentativa de articular em uma única instituição os diferentes grupos de trabalho que tinham vida no interior das comunidades. Até então, a população não tinha acesso aos recursos de maneira direta. Através dos *Consejos Comunales*, os vizinhos organizados ganharam personalidade jurídica e uma conta corrente em um banco através da qual o Estado e outras instituições depositariam os recursos necessários para a execução de obras, delegando de maneira plena a gestão das políticas locais às instituições existentes nas comunidades.

A lei que regulamenta as formas de atuação de um *Consejo Comunal* é submetida a sistemáticas reformulações uma vez que a prática social gera intensas polêmicas e contradições. Em linhas gerais, procura-se mobilizar pequenos grupos locais, tendo como abrangência máxima 400 famílias (aproximadamente de 200 a 400 famílias nas cidades, a partir de 20 nas áreas rurais e 10 nas comunidades indígenas), e inserir a população na gestão das políticas de cada comunidade – processo que já vinha se desenvolvendo através de todas as experiências que aludimos.

Os CCs, ao seguirem os passos de formalização definidos na lei, têm a possibilidade de acesso aos recursos públicos destinados a suas localidades e, com isso, através de seus comitês de trabalho (de educação, cultura, esporte, lazer, infraestrutura, economia etc.), solucionar seus problemas cotidianos.

Os projetos de cada área são levados para votação na *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas, "maxima instancia de deliberación y decisión para el ejercício del poder comunitário, la participación y el protagonismo popular; sus decisiones son de carácter vinculante*" (LOCC, 2009, Art. 20°)[15]. É o espaço, portanto, onde reside a soberania do conselho.

A Lei determina as condições para as eleições dos representantes, para a *Controladoría Social*[16] e para a administração dos recursos. No que diz respeito às eleições, os mais votados tornam-se os *voceros* principais, porta-vozes da instituição. Além destes, há também os *voceros* de cada comitê de trabalho. O trabalho é voluntário e não remunerado. Os *voceros* são eleitos pela *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* para um mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos ou revogados[17]. Apesar da indicação na lei para que as eleições sejam secretas[18], na prática a mesma pode ser feita de maneira aberta, com os vizinhos levantando as mãos ou com urnas eleitorais[19]. O voto é direto, uninominal e sufrágio universal para maiores de 15 anos.

O processo de formação dos *Consejos Comunales* é incentivado e assessorado por funcionários públicos em tempo integral (*promotores integrales*) da FUNDACOMUNAL, instituição vinculada ao *Ministerio del Poder Popular para las Comunas* que atuam diariamente no interior de todas as *parroquias*.

Um dos primeiros passos para a constituição de um *Consejo Comunal* é a formação de uma equipe promotora que se encarregue de divulgar para a comunidade os seus objetivos e finalidades; de definir o seu âmbito geográfico; de organizar um censo demográfico e socioeconômico da comunidade; e de convocar a primeira *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* (com participação mínima de 10% dos habitantes da comunidade maiores de 15 anos) para eleger uma *Equipo Electoral Provisório* que, por sua vez, ficará encarregada de convocar a *Asamblea Constitutiva Comunitaria* onde serão eleitas as *vocerias* dos diferentes grupos de trabalho (neste caso, a participação mínima é de 30% dos habitantes numa primeira assembleia e 20% numa segunda

convocatória). Todos estes passos, bem como o processo de eleição, registro e organização do *Consejo Comunal*, estão definidos na LOCC.

Para vencer a desconfiança, o desinteresse ou mesmo o medo de muitas pessoas de participarem destas novas instituições, em entrevista, os moradores contam que precisavam bater de porta em porta, distribuíam papéis informativos nos muros, colocavam anúncios nas rádios comunitárias convocando reuniões, traçavam planos estratégicos para resolver os problemas da comunidade, se mantinham informados sobre as leis e buscavam orientar a todos os vizinhos que precisassem de algum tipo de ajuda.

A desconfiança de muitos moradores em relação aos *Consejos Comunales* e a vinculação que estes possuem com o governo é um dos maiores entraves para esse processo. Como construir uma instituição realmente democrática se são estabelecidos critérios subjetivos e políticos que vinculam um projeto de Estado a um governo, a um partido ou a um líder? O governo, assim como a oposição, alimentam uma polarização da sociedade entre *escualidos* e chavistas. Deste modo, a lógica que se impõe é que no âmbito do discurso, as leis são direcionadas ao "povo", porém, quem seria este "povo"? Certamente não são todos venezuelanos, mas sim, aqueles que estão com o governo, com o processo. A título de ilustração, em um discurso para o *Aló Presidente*, Chávez opera essa lógica exortando o "povo" a defender os CCs dos *escualidos*:

> Los Consejos Comunales son una estrategia de transferir poder al pueblo organizado […] no se dejen penetrar por el escualidismo, hay un plan de los escuálidos para penetrar los consejos comunales, no se dejen penetrar por el paramilitarismo colombiano, hay otro plan del paramilitarismo colombiano y venezolano, apoyado por los escuálidos de aquí, por los desesperados y los amargados para tratar de sabotear a los consejos comunales. No se dejen, eso es del pueblo, al pueblo lo que es del pueblo, eso no es de los escuálidos (CHÁVEZ, 2009: p. 48).

Se você se identifica com esse "povo", terá acesso a poderosos instrumentos de poder popular capazes de permitir que uma comunidade organizada possa gerir as políticas locais e melhorar as condições de vida de seu setor. No entanto, se você discorda – e numa democracia realmente existente sempre haverá aquele que discorda -, amargará do abandono do Estado, no sentido de não ver políticas públicas voltadas para seu interesse. Conclusão: ou você se recolhe à vida privada e profissional, sem envolver-se diretamente com temas político-partidários – são os chamados apáticos – ou

você se junta às fileiras daqueles descontentes que convocam e executam marchas e manifestações em proporções similares às de apoio ao governo – os escualidos.

No último levantamento do SAFONACC (*Servicio Autonomo Fondo Nacional de los Consejos Comunales*) para a*Parroquia 23 de Enero*, entre 2008 e 2010, foram reformadas mais de 200 moradias e 20 foram reconstruídas; foram aprovados projetos de substituição de elevadores nos edifícios; de remodelação de áreas comuns e recreativas; de construção de *Casas Comunales*, centros de informática, cercamentos, escadas e calçadas; de recuperação de módulos de saúde, escolas, parques infantis; de substituição de encanamentos de água, entre outros. No total, foram 62 projetos aprovados somente por esta instituição e um montante de mais de BsF 26 milhões investidos nesse setor (SAFONACC, 2011).

Num âmbito nacional, para o ano de 2008, a *Fundación Centro Gumilla*/FCG fez uma pesquisa entre 1.138 CCs em todo o país e os principais projetos aprovados seguiram uma lógica parecida, isto é, voltadas, principalmente, para a melhoria da infraestrutura das comunidades: seja reformas/reconstruções de casas, instalação de redes de esgoto, encanamentos de água potável, rede elétrica, construção de calçadas, escadas e reforma de parques, escolas e praças.

> Así, se puede constatar que, por lo menos en la fase inicial, las comunidades aprovecharon los CCs para solucionar problemas inmediatos de infraestructura y de servicios básicos principalmente. En ese rubro también se alcanzan los éxitos más rápidos y visibles, lo que aumenta la motivación para la participación colectiva (FCG apud AZZELINI, 2010, p. 295-296).

Portanto, podemos perceber que os *Consejos Comunales* em seus primeiros anos se consolidaram como uma via eficaz para transformar uma série de elementos da vida cotidiana, atendendo às demandas históricas das comunidades populares. Apesar de na maioria dos casos ter se prevalecido uma postura mais pragmática, decorrente das situações precárias em que se encontravam essas regiões, a expectativa é que, a partir do momento em que são geradas as mínimas condições de sobrevivência, os CCs se articulem e se dediquem a temáticas cada vez mais amplas e complexas. Esse seria o princípio norteador para a formação das Comunas e, mais além, para o Estado Comunal venezuelano[20].

Se numa primeira fase, os CCs estavam mais voltados para a resolução de problemas de infraestrutura – e ainda estão -, o incentivo à formação de Comunas, tem por objetivo impulsionar o componente produtivo, quer dizer, as comunidades passam a ter que desenvolver projetos socioprodutivos que contribuam para o desenvolvimento endógeno e autossustentável do país – não apenas em nível local, mas regional e nacional.

A *Comuna Juan 23*, na Parroquia *23 de Enero*, por exemplo, reúne 15 *Consejos Comunales* e se constitui por uma estrutura horizontal, representada por, pelo menos, um *vocero* e *vocera* eleitos de cada CC, comitê, associação, frente e cooperativa que participam. Semanalmente ocorrem as reuniões no chamado Parlamento Comunal, espaço onde se deliberam os projetos, tanto os que estão em execução, quanto os que seus membros têm a intenção em postular. Dentre os projetos executados, estavam: a instalação da *Misión Barrio Nuevo*, *Barrio Tricolor* que foi um sucesso na região, conseguindo restaurar várias moradias; a reativação do ambulatório Andrés Eloy Blanco, onde passou a trabalhar um médico cubano da *Misión Barrio Adentro*; a oferta de cursos de formação educativa em diferentes áreas para os moradores da região (cursos de horta comunal, ideologia política, artesanato, comercialização de alimentos, economia social, ferraria, corte e costura); a realização de atividades culturais, desportivas, recreativas e com portadores de necessidades especiais, bem como projetos voltados para a geração de recursos no interior da comunidades com fins autogestionários.

Contudo, para Roland Denis, a *Ley de las Comunas*/LOC pretende criar um "Estado Corporativo-Burocrático" com instâncias de "autonomia controlada" e sustentado por um "capitalismo de Estado", pois

> al promoverse estas leyes en realidad lo que están haciendo […] es creando la norma necesaria para controlar y bloquear desde la maquinaria del Estado, el proceso revolucionario mismo, intentando mimetizar los principios y reglas de un orden ya constituido […] con la acción política emancipadora y constituyente del colectivo (DENIS, 2010).

A grande preocupação desse ativista político reside na ameaça da burocratização de um rico processo que se desenvolve nas bases sociais do governo, segundo o autor, um "otro poder paralelamente al orden constituído" (DENIS, 2010: p. 2). A

normatização das condições, processos e formatos de poder popular é prejudicial para um processo transformador *desde abajo*, pois agride a pluralidade de experiências que se desenvolvem na prática através de uma imposição *desde arriba*. Trata-se de pré-estabelecer a norma e a forma antes do ato propriamente dito de ação política.

Portanto, a construção do *Estado Comunal* venezuelano é permeada por conflitos, tensões, dilemas e desafios. Para além da bipolaridade entre *chavistas* e *não-chavistas*, há um rico debate sobre os rumos do processo. Roland Denis é expressão desse movimento. Apesar de todas as críticas, consideramos válido destacar que se um dia o debate sobre a democracia residiu na luta pela representação, depois, pelo sufrágio universal, pela representação qualificada (isto é, a possibilidade de eleger representantes das classes trabalhadoras, classes mais pobres e, mais recentemente, minorias de todos os tipos) e, finalmente, pela participação política, hoje, o que se está discutindo na Venezuela é a **qualidade** desta participação.

Se, num primeiro momento, pode prevalecer o interesse em resolver uma mazela específica que aflige a comunidade, é possível também que esta mobilização inicial possa desencadear outro processo mais amplo e mais rico que o meramente local. Ao se criar um espaço de convivência entre os vizinhos, os assuntos discutidos ali caminham paralelamente à vida política: se houve uma decisão polêmica do governo, se há um período de eleições ou de referendos, se há problemas de caráter mais amplo que os que se relacionam à realidade local, as reuniões permitem que estas opiniões encontrem um espaço comum para serem colocadas, questionadas e debatidas. Portanto, se, a priori, a função de um CC é fundamentalmente atender às demandas locais, esses espaços podem ser potencializados para um sentido mais amplo que o original. Em certa medida, é essa aposta que o governo bolivariano vem fazendo e as classes populares junto aos CCs e às Comunas vem respondendo de maneira significativa, mas cujas consequências somente os próximos anos poderão esclarecer.

Sem dúvida, existem muitos outros limites e desafios a serem enfrentados. Em que medida essa dependência do Estado impede maior democratização efetiva desses espaços de decisão política? Será que essas novas instituições teriam força e legitimidade para sobreviver sob um governo de oposição? Se a autonomia de um *Consejo Comunal*a priori, é assegurada pela soberania da *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, qual será a real interferência dos partidos políticos e de interesses

clientelistas no interior dessas organizações? A presença de lideranças locais carismáticas ou então de indivíduos articulados com redes clientelistas mais amplas ou partidárias pode influenciar a tomada de decisões da assembleia de diferentes formas: pela retórica, pela troca de favores, pela coerção, pelo constrangimento[21]. Será, então, que ao romper uma forma de clientelismo, os CCs possam vir a reestruturar outros, com novos sujeitos à frente (DEL BÚFALO, 2006)?

Essas são apenas algumas das inúmeras questões que saltam a partir da experiência da "democracia participativa e protagônica" na Venezuela. Não temos a intenção, nem as condições, de respondê-las neste estudo. Porém, a partir do que foi analisado anteriormente é possível levantar algumas **potencialidades** emancipatórias que decorrem dessas tensões existentes entre os poderes constituídos e constituintes.

Horizontes revolucionários?

O processo de transformação da cultura política do cidadão venezuelano, no sentido de incorporar o princípio da participação política como parte de suas atividades cotidianas é bastante lento, sobretudo em um país no qual a democracia sempre pareceu um conceito estranho para a maior parte da população. Em meio aos processos férteis de cooperativismo que estão sendo desenvolvidos no interior das comunidades, de auto-reconhecimento, de construção de identidades locais e coletivas, de "equivalenciação de demandas" (LACLAU, 2007)[22] e de empoderamento, o que se nota é que o fantasma do burocratismo, da centralização e do clientelismo ainda persistem como possibilidades inegáveis.

Persiste, portanto, o desafio do povo ser capaz de assumir um papel ainda mais decisivo nos altos escalões do governo, não apenas deliberando e executando projetos e políticas locais, mas também delimitando as diretrizes das políticas públicas; do povo ser capaz de, uma vez organizado, domesticar/subordinar todas as burocracias – internas e externas aos *Consejos Comunales* – e colocá-las a seu serviço; de ser hábil em articular os dinamismos de suas decisões e um corpo técnico especializado[23]. Persiste, por fim, a **possibilidade** também dessa força constituinte do povo não sucumbir aos esforços de constitucionalização do seu poder[24], mantendo-se viva, pujante, criativa, transformadora, com ou sem Chávez. Todas essas são tarefas que ainda precisam ser

feitas, se partirmos do pressuposto de que há realmente uma busca em superar de forma radical e revolucionária as estruturas políticas, econômicas e culturais do mundo em que vivemos.

Se voltarmos às perguntas iniciais deste artigo a respeito da capacidade da revolução bolivariana de sobreviver ou não à ausência da figura de seu líder, Antônio Luiz M. C. Costa em seu artigo "A Hora da Verdade", para edição da Carta Capital sobre o chavismo, em dezembro de 2012, destaca um aspecto relevante a ser considerado, qual seja o de que, tal como ocorreu com Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingos Perón, na Argentina, para citarmos alguns exemplos, a morte destes líderes, ao invés de conduzir a um arrefecimento dos movimentos, ao contrário, construiu tendências, partidos e novos movimentos que determinaram os rumos de seus respectivos Estados Nacionais.

> Chávez já governou a Venezuela por quase 14 anos, pouco menos que a duração da primeira era Vargas (1930-1945) e bem mais que a soma dos dois governos de Perón (1946-1955 e 1973-1974), com a diferença de ter sido sempre escolhido em eleições livres e sem fraudes (com forte ajuda da máquina estatal, sim, mas é outra questão). Tanto quanto ambos, se não mais, transformou seu país de forma a deixar sua marca por muito tempo e influenciou mais os rumos das nações vizinhas que qualquer um deles. Pode não ser mais o sucessor aparente de Fidel Castro como porta-voz das esquerdas latino-americanas (e não é impossível que o idoso cubano lhe sobreviva), mas tudo indica que seu futuro como símbolo, ao menos, parece tão assegurado quanto o de Che Guevara, Salvador Allende ou o próprio Simón Bolívar (COSTA, 2012, p. 46-48).

Os caminhos tomados na Venezuela não são exclusivos, mas sim uma tendência, no mínimo, continental: do México, com os zapatistas, passando pela Venezuela e a "democracia participativa e protagônica", ao Equador e a experiência de governos participativos liderados pelo movimento indígena Pachakutik, até a Bolívia com a solução plurinacional para a reforma estrutural do Estado. Todos de alguma forma apontam caminhos inusitados para refletirmos sobre "un otro mundo posible", com outras e novas tensões entre líderes e povo, entre dependências e autonomias, entre poderes constituintes e poderes constituídos. Apesar de cada experiência corresponder a um contexto específico e possuir características próprias, todas vão na direção da busca por uma **forma formante**, que viabilize a prática do **mandar obedecendo**, para utilizar os termos do zapatista Subcomandante Marcos. Quer dizer, estamos falando

fundamentalmente da premissa dialética de construção e prática do poder. Da dialética entre poderes constituídos e constituintes. Estes são caminhos que, em última análise, não surgiram da cabeça de um líder iluminado, e não são sustentados exclusivamente por este. Ao contrário, só podem ser pensados dessa forma porque foram construídos no seio da maioria, no seio das classes populares, no seio do **poder constituinte** que novamente temos o privilégio de enxergar de forma explícita e que aguardamos, para os anos que virão, os seus novos desdobramentos. O futuro está em aberto.

Bibliografia

ADDOR, Felipe. **"Teoria Democrática e Poder Popular na América Latina: Contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela".** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013

ANTILLANO, Andrés. "La Lucha por el Reconocimiento y la Inclusión en los Barrios Populares: La Experiencia de los Comités de Tierras Urbanas". **Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales,** 2005, vol. 11, n° 3, p. 207

AZZELINI, Dario. "**Democracia Participativa y Protagónica en Venezuela: La Busqueda de una Nueva Democracia, la Construcción de Dos Lados y los Consejos Comunales como Mecanismo de Autogobierno Local"**. Tese de Doutorado em Sociologia. México: Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2010

BRUCE, Mariana. **"A Democracia Participativa y Protagónica, o Povo e o Líder: A Experiência dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de Enero (Caracas/Venezuela)"**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graudação em História Social. Universidade Federal Fluminense.

_____; ARAUJO, Rafael. "Petróleo e (in)dependência: Os Desafios da Economia Bolivariana". **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 5, n° 13, 2010

_____; ARAÚJO, Rafael. "A Crise na Venezuela: Mídia e Revolução". **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 5, n° 3, 2010a

CHÁVEZ, Hugo. **Aló Presidente**, n° 344, 24/11/2009 (transcrição)

COSTA, Antonio Luiz M. C. "A Hora da Verdade". In: **Carta Capital**, Ano XVIII, edição 728, 19 de dezembro de 2012

_____. "Chavismo de Segunda Mão". In: **Carta Capital**, Ano XVIII, n° 740, 20 de março de 2013

DEL BÚFALO, Enzo. "Venezuela". In: Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. CLACSO – **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.** PIT-CNT Instituto Cuesta Duarte: Buenos Aires, juio, 2006

DENIS, Roland. Los **Fabricantes de la Rebelión: Movimiento Popular, Chavismo y Sociedad en los años noventa.** Caracas: Primera Linea y Nuevo Sur, 2001

_____. **"Por unas Comunas 'Sin Ley'".** 2010. In: www.analitica.com - consulta em 17/06/2011

_____ **"La profecía de ALCASA".** In: aporrea.org – consulta em abril de 2013

_____. Entrevista. In: **Fuego Bajo el Agua**". Direção: Lenin Brea e Nulia Vila. 75 minutos. 2009.

FARIAS, Erika. "Entrevista". In: **www.alopresidente.gob.ve** – consulta em 31/08/2010.

LACLAU, Ernesto. La Razón Populista. Buenos Aires: **Fondo de Cultura Económica**, 2007

Ley Orgánica de los Consejos Comunales/LOCC, 2006 e 2009

Ley Orgánica de las Comunas/LOC, 2010.

LÓPEZ MAYA, Margarita. (coord.). **Protesta y Cultura em Venezuela – los Marcos de Acción Colectiva em 1999**. Buenos Aires: CLACSO, 2002

MARINGONI, A **Venezuela que se Inventa.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

NEGRI, Antônio. **O Poder Constituinte: Ensaio sobre as Alternativas da Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002

SAFONACC. **Planilha de gastos anuais para a Parroquia 23 de Enero** (2008-2010). Texto Mimeo. 2011

WESBROST, Mark; RAY, Rebecca; SANDOVAL, Luis. **The Chávez Administration at 10 Years: The Economy and Social Indicators.** Washington: CEPR, 2009

Sítios na Internet

http://www.avn.info.ve – consulta em abril de 2013.

http://www.electoralgeography.com/ - consulta em abril de 2013.

Notas

** Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e professora das redes pública e privada de ensino

[1] Nas eleições de 07 de outubro de 2012, o Comandante foi reeleito Presidente da Venezuela com 55.14%, derrotando o candidato da oposição, Henrique Capriles, em quase todos os Estados do país, à exceção de Miranda e Táchira - www.electoralgeography.com/new/en/countries/v/venezuela/venezuela-presidential-election-2012.html - consulta em janeiro de 2013

[2] O candidato questionou Capriles por não ser casado, suspeitando que este seria homossexual. Em contrapartida, afirmou-se como hetero, casado e beijou a esposa em público para demonstrar sua virilidade.

[3] “Las víctimas son de Miranda (1), Zulia (3), Táchira (2) y Sucre (1); además de la quema de ocho Centros de Diagnóstico Integral (CDI), tres casas del Partido Socialista Unido de Venezuela (Psuv) y tres sucursales de Mercal, donde fueron agredidos verbalmente y asediados quienes laboran en dichos espacios.”. In: http://www.avn.info.ve– consulta em abril de 2013.

[4] Chávez ganhou popularidade e expressão nacional em decorrência de uma tentativa de Insurreição Cívico-Militar, em 1992, organizada para derrubar o então Presidente Carlos Andrés Pérez que havia massacrado o povo nas circunstâncias do Caracazo, em 1989. Como contrapartida para a rendição, Chávez negociou um pronunciamento ao vivo em cadeia nacional, no qual assumiria a responsabilidade pelo ato. Nesse momento, a imagem de um militar que tentou derrubar um governo corrupto e opressor, ganhou projeção nacional angariando amplo apoio e solidariedade na sociedade civil e entre vários movimentos sociais.

[5] Simón Bolívar foi apropriado, na Venezuela, por todas as classes sociais como um fator de unidade nacional. Desta forma, em sua vertente mais conservadora, esvaziou-se a sua figura de seu "conteúdo transformador e anticolonialista", enquanto que na resgatada por Chávez, por exemplo, ressalta-se a luta antiimperialista e pela unidade de Nuestra América (MARINGONI, 2004, p. 202)

[6] Em 1958, na origem da queda do ditador Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), na cidade de Punto Fijo, Estado de Falcón, foi assinado um pacto entre alguns dos principais partidos que haviam atuado na clandestinidade ou em oposição à ditadura – Acción Democrática/AD, Comité de Organización Política Electoral Independiente/COPEI e, em menor escala, a Unión Republicana Democrática/URD. O pacto deu início a 40 anos de um regime bipartidário marcado por uma democracia representativa aferida exclusivamente pelos votos.

[7] Já Margarita López Maya (2002) concede destaque aos movimentos callejeros, como dos buhoneros (aqueles que trabalham no setor informal – majoritário na Venezuela); dos pensionistas e aposentados; das associações de vizinhos e do movimento estudantil, como parte desse contexto de eferverscência social que antecedeu à chegada de Chávez ao poder.

[8] Como resposta ao movimento assembleísta, em seu mandato, Isturiz impulsionou a formação das Mesas Técnicas de Agua/MTA com intuito de regularizar a questão da água nos barrios de Caracas, a partir de uma articulação entre os moradores e a Hidrocapital, empresa responsável. Porém, esta experiência ficou limitada às Parroquias Antímano e El Valle. Com o fim do mandato do alcaide, o projeto foi abandonado. Em

1999, houve uma retomada das MTA pela iniciativa do presidente Chávez e, a partir de 2003, se difundiram em várias parroquias do país.

[9] Com destaque para as Misiones Sociales, programas sociais que associam as reformas à atuação protagônica e organizada das classes populares; a mídia, em especial, o programa dominical Aló Presidente com duração de várias horas, no qual o presidente faz as considerações da semana e conversa com os cidadãos através do telefone; e a relação estabelecida com as Forças Armadas, tornadas peças centrais na mediação entre o governo (em especial, o presidente) e a sociedade, sobretudo no âmbito dos programas sociais, como as Misiones Sociales, para os quais oferecem suporte físico, logístico e humano.

[10] Para esse balanço e uma discussão sobre a economia do governo bolivariano nos últimos anos ver BRUCE; ARAUJO, 2010.

[11] Sobre a relação do governo com os meios de comunicação, ver BRUCE; ARAÚJO, 2010.

[12] Em 2002, havia sido aprovado a Ley de Expropriación por Causa de Utilidad Pública o Social (Gaceta Oficial n° 37.475) que permite a expropriação de imóveis de utilidade pública que não cumpram com sua função social. Uma lei de expropriação mais radical que submete a toda propriedade privada ao amparo do "interesse nacional" foi rechaçada no referendo da Reforma Constitucional de 2007. Em 2009, foi aprovada uma Ley Orgánica que garante ao Estado Bienes y Servicios Conexos a las Actividades Primarias de Hidrocarburos e permitiu, por exemplo, que o presidente expropriasse das mãos de grupos privados todos os bens e serviços considerados "essenciais" à atividade petroleira do Lago de Maracaibo. Em 2010, foi aprovada na Asamblea Nacional o projeto de reforma da Ley de Defensa de las Personas en el Acceso a los Bienes y Servicios que permite que o governo imponha sanções e exproprie comércios e estabelecimentos que aumentem de forma especulativa e arbitrária os preços dos produtos ou atentem contra o bem estar social do povo. Na esteira dessas leis foram expropriados, a rede de supermercados Exodus, Polar e Sambil.

[13] Localizada na interseção do centro com a zona oeste, próxima ao Palácio Miraflores, a Parroquia 23 de Enero foi palco de intensos conflitos. Durante o período da IVª República (1958-1998) era conhecida como uma trincheira de resistência ao

governo e, portanto, viveu anos de intensa repressão. Já nos tempos de Chávez, tornou-se um dos mais simbólicos bastiões de sustentação do governo, a ponto do próprio presidente ter transferido sua zona eleitoral para o Liceo Manuel Palacio Fajardo, na Zona Central da parroquia e de ter realizado, pelo menos, quatro programas Aló Presidente na região. A Parroquia, tem a população de uma pequena cidade na ordem de 200 mil habitantes, apesar de seus 2,31km². Dentre os seus diferentes setores, destacam-se os barrios (favelas caracterizadas pela construção de moradias improvisadas) e os bloques (grandes edifícios de 15 andares construídos pelo Ditador Marcos Pérez Jiménez nos anos 50).

[14] Esses grupos de trabalho resgatam ou fortalecem instituições oriundas da década de 90, como as Coordinadoras Culturales ou as Mesas Técnicas de Agua, bem como criam novas, a partir das provocações feitas pelo Estado, como o Comité de Tierras Urbanas (para a regularização da propriedade da terra), Comité de Salud, de Educación, de Cultura (estes três últimos articulados às Misiones Sociales). Todas essas instituições são formadas por moradores. Nos barrios do 23 de Enero eram formados, principalmente, por 5 a 10 voluntários, a depender da região, que impulsionavam o reconhecimento das demandas locais, a organização de base e viabilização da chegada de recursos do Estado para o atendimento dos projetos.

[15] Na Lei de 2006, lê-se que as Asambleas são “instancia primaria para el ejercicio del poder, la participación y el protagonismo popular cuyas decisiones son de carácter vinculante para el consejo comunal respectivo” (LOCC, 2006, Art. 4°, n° 5).

[16] A Controladoría Social tem a função de “realizar la evaluación de la gestion comunitária y la vigilância de las actividades, recursos y administración de los fondos del consejo comunal” e é integrada por “cinco habitantes de la comunidad, electos o electas, a través de un proceso de elección popular” (LOCC, 2009, Art. 33°). Não houve grandes alterações quanto ao sentido da Controladoría Social em relação à Lei de 2006 (Cf. LOCC, 2006, Art. 11°).

[17] Sobre as condições para revogação de mandatos, ver Capítulo IV da Lei de 2009 (Art. 38-43)

[18] Cf. Art. 12° da LOCC de 2006.

[19] Na experiência de campo desenvolvida, pudemos observar ambos os métodos em diferentes Consejos Comunales.

[20] Conforme podemos observar em vários estudos, como o de Dario Azzelini (2010) e Felipe Addor (2013), as Comunas tem ganhado gradativa expressão na proposição de políticas locais de caráter mais complexo, envolvendo atividades sócioprodutivas e contribuindo no debate sobre políticas públicas.

[21] O constrangimento a que nos referimos pode ocorrer de diferentes formas. Uma delas é na hora do voto da assembleia. Em muitos Consejos as eleições são abertas, o que pode inibir um indivíduo a votar contra a maioria, com receio de algum tipo de retaliação dos vizinhos.

[22] A ideia de uma "equivalenciação de demandas" é a de viabilizar uma articulação entre as diferentes demandas individuais e setoriais que se inserem em um mesmo quadro de contradições. Quer dizer, na medida em que se identifica esse conjunto de demandas como parte de um mesmo todo se viabiliza uma articulação mais ampla para os movimentos sociais.

[23] Em um próximo estudo, avançaremos na reflexão sobre os desdobramentos da formação das Comunas em outras partes do país com o fim de analisar com maior profundidade como os CCs se articulam em outros níveis e tensionam com os governos regionais e o próprio governo central na direção de mudanças estruturais e como essa estrutura pode interferir em decisões macroeconômicas e até de modelo de desenvolvimento, matriz energética e outras questões extralocais.

[24] A constitucionalização do poder se refere ao processo de institucionalização dos poderes constituintes que operam nas dinâmicas de base dos movimentos sociais. Cf. NEGRI, Antônio. O Poder Constituinte: Ensaio sobre as Alternativas da Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.